

Neste dossiê: *A ARTE CONTEMPORÂNEA: como fica o debate sobre as ações afirmativas?* A interrogativa é assertiva e impõe uma exigência de resposta científica. Mais que isso, reitera uma posição histórica que deve ser firmada pela universidade pública no cumprimento de seu papel junto à sociedade brasileira. Duas instituições públicas da Amazonia Legal, a Universidade do Estado de Mato Grosso e o Instituto Federal de Mato Grosso, alinhadas numa rede de pesquisa, envolvendo mais de dezessete pesquisadores, entre Brasil e Portugal, apresentam os desafiadores caminhos da ciência numa busca incessante por equidade e representatividade.

A revista está organizada em duas seções, sendo que a primeira apresenta textos que abordam diretamente as ações afirmativas, em perspectiva decolonial e uma segunda seção, denominada seção livre, que apresenta textos, também relacionados com ações afirmativas, mas que na essência, dialogam com a literatura.

O primeiro artigo apresenta uma prática de extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, intitulado *Clube de Leitura de mulheres negras no quilombo* (resultante

do projeto de pesquisa Amazônia Legal/Edital 013/CAPES e o projeto PROCAD Amazônia Legal/Edital/2018), em que, a partir de uma interlocução com um grupo de professores e professoras de uma comunidade quilombola, propõe uma escuta, identificada como “escuta sentida” com mulheres professoras sujeitos da extensão, desenvolvendo leituras, debates e discussões em torno das questões que envolve a comunidade. É um trabalho de reafirmação identitária e reconhecimento de cada sujeito dentro da dinâmica social da comunidade.

O artigo segundo analisa, em perspectiva teórica, as contribuições da Portaria Normativa nº13/2016 do Ministério da Educação para o acesso e permanência de estudantes pertencentes aos grupos étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas) nos programas de Pós-Graduação oferecidos por instituições públicas, sem contudo, deixar de apontar lacunas que podem afetar a política de acesso e permanência proposta na Portaria objeto da análise. Dessa forma, destaca também a necessidade do desenvolvimento de ações afirmativas voltadas à garantia tanto do acesso quanto da permanência de estudantes pretos, pardos e indígenas na pós-graduação, como resposta ao racismo e discriminação racial que tem afetado suas chances de vida, oportunidades educacionais e modos de re(existência).

O terceiro artigo, a partir de um estudo em perspectiva teórica, integra o projeto aprovado e financiado pela Capes – PDPG- Alteridade na Pós-Graduação, Edital nº 37/2022, intitulado: “A política de ação afirmativa em Institutos Federais de Educação: a questão do acesso e permanência dos discentes”, no mesmo caminho que o estudo anterior, analisa as políticas afirmativa na perspectiva de contribuir com as discussões em

torno do acesso e permanência de grupos étnico-raciais nos curso de Pós-graduação Stricto Sensu das Universidades Públicas, reiterando a necessidade da equidade de oportunidades, como instrumento de democratização de oportunidades, visto que, sabidamente, é a população branca, que em maioria, tem acesso às oportunidades disponibilizadas nos Cursos de Pós-graduação nas Universidades Públicas.

O quarto artigo propõe analisar as questões de gênero e suas implicações nos cursos de Pós-graduação, buscando compreender os desafios, estereótipos, discriminações e os impactos na trajetória acadêmica e de vida das mulheres, buscando firmar a importância e necessidade da trajetória feminina nos processos de formação na Pós-graduação, como elemento de centralidade que influi na construção da autonomia feminina, frente ao desafio do enfrentamento ao conservadorismo, que se constitui em uma janela aberta para a misoginia masculina. Em suma, o texto aponta da Pós-graduação como um caminho na construção da igualdade de gênero, em um ambiente diverso e multifacetado.

Já o quinto texto, “Colonialismo, Colonialidade, Decolonialidade e Racismo na Pós-graduação” faz uma discussão teórica na perspectiva da decolonialidade do ser, do poder e do saber e suas implicações no acesso de grupos sociais historicamente discriminados à educação, sobretudo, na pós-graduação brasileira. Assim, os autores problematizam a tradição eurocêntrica e sua conseqüente racialização e hierarquização da relações sociais e raciais sustentada na proteção e manutenção silenciosa do privilégio de uma elite econômica, social, intelectual e branca. Desse modo, a luta contra o racismo em todas as suas dimensões impõe-se como uma luta permanente de uma educação

antirracista.

“Ações afirmativas, enfrentamento ao racismo e a desigualdade social: a alteridade na pós-graduação”, o sexto texto, que também integra o projeto aprovado e financiado pela Capes – PDPG- Alteridade na Pós-Graduação, Edital nº 37/2022, traz uma análise do processo de implementação de ações afirmativas nos programas de pós-graduação do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT - Campus Octayde Jorge da Silva, a partir de um estudo bibliográfico e análise documental (editais de seleção). E enfatiza a observância da Portaria nº 13/2016 do Ministério da Educação nos programas estudados, sua importância para a inserção de comunidades historicamente marginalizadas e para a garantia de condições mais equitativas no acesso à pós-graduação.

Na mesma direção, o sétimo artigo, também aprovado e financiado pela Capes – PDPG - Alteridade na Pós-Graduação, discute a política de ação afirmativa adotada por programas de pós-graduação stricto sensu do IFMT, buscando identificar as modalidades, critérios e grupos sociais contemplados, a partir de uma análise documental centrada nos editais de seleção publicados no período de 2017-2023. A reflexão realizada destaca que a modalidade de ação afirmativa implementada pelos programas do IFMT é a reserva de vagas, os critérios são étnico-racial e pessoas com deficiência e os grupos sociais contemplados são pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

O oitavo artigo apresenta discussões, em perspectiva teórica, sobre ética profissional do intérprete de libras no ensino superior e sua importância fundamental na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes surdos. As proposições

convergem em relação à necessidade de qualificação profissional, responsabilidade na transmissão das mensagens faladas e sinalizadas, atenção às necessidades pessoais e educacionais dos estudantes, rompimento dos velhos paradigmas a fim de que seja construída a efetiva inclusão educacional.

O nono artigo reflete sobre a necessidade da política de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu* na garantia do acesso e permanência dos grupos étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas) nesse nível da educação superior, considerado a marcante desigualdade educacional entre brancos e não brancos na pós-graduação. Nessa direção, o estudo reitera a obrigação do fortalecimento da política de ação afirmativa na pós-graduação a fim de que esse nível de ensino possa garantir a equidade no acesso e permanência aos discentes, bem como a construção da universidade pública como um espaço de alteridade e relações guiadas pela pluralidade.

Nessa perspectiva, o penúltimo texto trata da interculturalidade nos processos educacionais realizados no âmbito da pós-graduação com o propósito de mostrar uma compreensão acerca da importância da criação de oportunidades de interação sociocultural através da integração de diferentes culturas. Os autores trazem uma compreensão da educação intercultural indissociada da educação integradora e democrática, que possibilita conhecimento de diversas culturas e conduz a uma convivência baseada no respeito e na inclusão cultural, evidenciando o papel do professor como mediador desse processo.

Por fim, o último artigo “Entre normas e práticas: desafios da diversidade” traz uma análise das transformações no cenário educacional brasileiro, sobretudo na pós-graduação citando

como exemplo as cotas raciais, apesar de ainda persistirem como desafio à educação equitativa a representatividade étnica-racial e de gênero. O texto enfatiza o reconhecimento da diferença não apenas por motivos de equidade e de uma educação superior verdadeiramente inclusiva, mas também como catalisador da inovação acadêmica.

Na **Seção Varia**, as pesquisas publicadas também acionam, mesmo em áreas distintas na estruturação da revista, para o horizonte afirmativo das ações aqui mencionadas. O artigo que abre a seção, “Nas águas do Tempo, de Mia Couto: a violência das guerras e a sublimação da vida”, dos autores José Pereira Filho, Ewerton Rezer Gindri, Maria Madalena da Silva Dias e Sérgio Baldinotti, explora a complexidade da textualização de um continente marcado por guerras, a saber: o africano. Em um texto sensível e sagaz, os autores percorrem os liames da História, Memória e Tradição, de modo a traduzirem a narrativa de Couto sob a égide da sublimação da vida.

Em “O problema é a República: os livros rejeitados dos concursos de literatura colonial (1928-1929)”, de Helder Thiago Maia, o autor investiga os denominados Concursos de Literatura Colonial (portuguesa), em especial duas obras de temática africana que foram inscritas nessas seleções, a saber: *D'aquem & amp; D'alem-mar: chronicas de viagem (1923-1924)*, publicada em 1928, de Veva de Lima, e *Em terra de Pretos: crónicas d'Angola*, publicado em 1929, de Henrique Galvão. No entanto, segundo o estudo, tais obras foram desclassificadas do concurso por “não servirem como propaganda colonial”. Em análises que observam não apenas a forma como os colonizadores europeus são narrados, mas também acena para normas de gênero e

sexualidade entre as populações nativas, a pesquisa se mostra necessária e urgente.

A prosa modernista entra em cena no artigo “A compreensão sangrada de tudo: o flerte erótico nos contos de Clarice Lispector”, dos autores Edinaldo Flauzino de Matos e Samuel Lima da Silva. A partir da dicotomia entre Sagrado e Profano, o fenômeno textual do erotismo é averiguado de maneira panorâmica na vasta produção contística da autora ucraniana. Ao demarcar uma cartografia histórica, sociológica e filosófica dos contos Clariceanos, o artigo alcança relevância uma vez que compreende Eros na seara não apenas do silêncio, do implícito, mas relativos à luxúria, ao sombrio e ao mórbido.

No artigo “A personagem feminina negra e a supressão do erótico na literatura”, de Gabriela Rodrigues Santana dos Santos e Lucineide Gonçalves Aguiar Caballero, as autoras aliam o pensamento – sobre o erótico – da filósofa estadunidense Audre Lorde ao universo ficcional da representação do feminino negro na literatura brasileira. O *corpus* trabalhado, os romances *Espaço de família* (2022), de Adilson Vagner, e *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Junior, são circunspecionados em toda a sua configuração formal e de conteúdo, demonstrando que o feminino negro, nas literaturas em questão, reveste-se de complexidade, instaurando a anulação de uma ordem discursiva subalterna acerca da sexualidade das mulheres negras.

Reforçando a área da erótica literária nesta seção, o artigo “Notas sobre o homoerotismo em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha”, dos pesquisadores Rodrigo Manoel da Silva e Leonilda de Oliveira, circunspeciona o presente romance naturalista no intuito de compreender o modo como o imaginário social – acerca

das dissidências de gênero e sexualidade – é presentificado na prosa de Caminha. Nesse bojo, as representações de opressão e homoerotismo são acionadas, ambas convergindo para um mesmo horizonte, qual seja, o da reflexão histórico-literária sobre a manifestação do Ser e Estar no mundo.

Por último, a seção é encerrada com o artigo “Literatura infantil e juvenil em Mato Grosso: a manifestação da violência na obra *Cabelo ruim?*, de Neusa Baptista Pinto (2006)”, assinado por Willian Barbosa Caetano e Isaac Newton Almeida Ramos. O livro em questão, publicado três anos após a implementação da Lei n. 10.639/2003, é analisado sob uma perspectiva antirracista, tendo como pedra de toque uma personagem feminina – infantil – e a sua experiência no espaço escolar/literário. Nas palavras dos autores, a pesquisa pretende “observar a visualização da materialização e dos desdobramentos da violência sofrida pelas personagens principais da obra”.

Desejamos a todos uma ótima experiência de leitura, acionando, nesse momento, a imortalidade dos versos de Hilda Hilst: *Porque o poeta é irmão do escondido das gentes/ Descobre além da aparência, é antes de tudo/ LIVRE, e por isso conhece.* Ora, que a liberdade dos homens evocada no poema se estenda à ação primeira de Existir e Resistir, confirmando, então, a soberania da Inclusão, da Aproximação e, não menos importante, da Humanização.

Organizadores